

# CULTURA COMO AÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PROJETOS ESTRUTURANTES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

Mozart Aubert Nascimento Coelho<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu, inicialmente, de minhas inquietações sobre como a política está inserida no cotidiano do brasileiro comum. Percebi uma variedade de conceitos distintos sobre esse fenômeno e comecei a refletir sobre a necessidade de um entendimento mais amplo da noção de política ou da esfera do político.

No processo de construção do objeto de pesquisa decidi realocar minhas reflexões para o fenômeno político no ambiente escolar, mais precisamente para um conjunto de ações nomeadas pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia como Projetos Estruturantes. Tratam-se de ações culturais nas quais os alunos teriam possibilidade de desenvolver outras habilidades além daquelas fomentadas nas disciplinas tradicionalmente inseridas no currículo escolar. Essa é uma problemática a ser explorada nessa pesquisa. Considero que os Projetos Estruturantes da Rede Estadual de Ensino podem ser uma forma oportuna de avaliarmos a inserção do debate sobre a cultura no ambiente escolar. Oficialmente, os Projetos Estruturantes se constituem na possibilidade de o estudante utilizar diversas formas de arte para problematizar questões que lhe sejam importantes e, em seguida, tomá-los como instrumento de verbalização de suas ideias. É importante tentar entender como os estudantes se apropriam, ou não, dos projetos como instrumento de reflexão, contestação ou luta.

## A NOÇÃO MODERNA DE JUVENTUDE.

Devemos reconhecer a complexidade da noção de juventude e conseqüentemente encará-la como um fenômeno plural, pois há uma multiplicidade de valores, especificidades culturais, tempos históricos e subjetividades em geral que devem ser reconhecidas. Dessa forma, acredito ser mais conveniente usarmos a terminologia *juventudes* quando em referência à parcela mais jovem da população. Futuramente iremos estabelecer o devido recorte a esse termo. Como regra, utilizarei o termo no singular sempre que fizer alusão à etapa cronológica que antecede a idade dos 30 anos, demonstrando que comumente existe essa representação social simplificada dessa etapa da vida.

---

<sup>1</sup> Mestrando em crítica cultural. Endereço eletrônico: aubert83@gmail.com.

Utilizarei a expressão “juventudes” para salientar o caráter múltiplo e complexo inerente a essa parcela importante da população.

De uma forma geral, a atitude de categorizar os indivíduos em grandes grupos oferece riscos.

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de de várias identidades. Algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2015, p. 11)

Existe uma gama de perspectivas para a análise da juventude como uma etapa da vida humana, uma delas se dá a partir de uma ótica funcionalista (GROPPO, 2011, p. 11). Esse posicionamento oferece riscos, uma vez que a “rebeldia” ou simplesmente as diferenças percebidas por meio da comparação com a idade adulta tendem a serem vistas como um desequilíbrio. O erro é estabelecer o comportamento típico do adulto como parâmetro sadio. Desse modo, poderíamos facilmente cair na tentação de ignorar que a distinção social entre jovens e adultos pode ela mesma ser fruto de relações de poder e controle. Teríamos, de um lado aqueles que classificam, e de outro os que são classificados, os primeiros controlando as instituições que possuem significativa capacidade de criar discursos com pretensão de verdade. Assim, ao adulto caberia determinar o que é funcional e tratar os indivíduos compreendidos como disfuncionais. Essa interpretação de viés foucaultiano é certamente a antítese da perspectiva funcionalista.

Podemos perceber a juventude como uma noção construída historicamente e que por isso é um reflexo de contextos históricos e sociais.

Acredita-se que foi somente no século XVIII que os párocos passaram a manter seus registros com exatidão que um Estado moderno exige de seus funcionários de registro civil. A importância pessoal da noção de idade deve ter-se afirmado à medida que os reformadores religiosos e civis a impuseram nos documentos, começando pelas camadas mais instruídas da sociedade, ou seja, no século XVI, aquelas camadas que passavam pelos colégios (ARIÈS, 1986, p. 30).

Ariès nos mostra que a noção de infância, e conseqüentemente de juventude, é historicamente constituída. “O sentimento de preocupação com a idade moral e pedagógica, o comportamento no meio social, são ideias que surgiram já na modernidade [...]” (BARBOSA; MAGALHÃES, 2008, p. 3). Eventos como a Revolução Industrial tiveram um papel importante no delineamento das fases da vida. É nesse contexto que surge a escola, como instituição que possui a incubência de preparar os indivíduos para a idade adulta, a idade do

trabalho produtivo. A sociedade ocidental foi paulatinamente se estratificando também a partir do quesito idade. Além daqueles que produziam surgiu um segmento social de indivíduos que deveriam ser separados do mundo adulto e treinados para exercer uma profissão. Os jovens, sobretudo as crianças, passaram a ser vistos a partir da alcunha de “*seres em formação*”.

## **A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.**

*Seres em formação* é uma noção central nesta argumentação que desenvolvo, uma vez que indicaria não apenas a temporária incapacidade de atuação como indivíduo economicamente produtivo, mas também a desqualificação do indivíduo como um cidadão. O jovem seria então o indivíduo inapto para atuar na esfera da política, pois lhe faltaria a maturidade e o preparo para se responsabilizar pela vida de outros e a sua própria.

Nesse quadro, o jovem que discorda dos adultos seria compreendido como rebelde, indivíduo a quem não foram devidamente transmitidos os conteúdos necessários para a boa inserção na vida em sociedade. Neste ponto, há de se concordar com a tese de que a escola possui sim uma “função social”, a sociedade lhe atribui essa missão. Reconhecendo o papel socialmente concedido à escola convém refletirmos sobre a possibilidade, ou não, de vincular os jovens à noção de despreparo ou mesmo imaturidade política.

É importante salientar que a escola que temos hoje não é uma instituição neutra. Vejo como imprescindível uma contextualização sócio-histórica para então percebermos o papel assumido pela escola.

A educação tornou-se o fundamento para o ordenamento do mundo moderno, que ocorre de cima para baixo, das classes dominantes para as classes populares; dos adultos (em ordem estabelecida) para as crianças e adolescentes (*seres em formação*) (MAGRO, 2002, p. 65).

Segundo esse raciocínio, a teoria de Pierre Bourdieu sobre a educação se mostra de grande valia. Segundo seu pensamento, a escola efetua uma relação de dominação não apenas no âmbito das gerações, mas também, e principalmente, no âmbito das relações de classe. Creio que as imposições e as ideologias que elas geram se dão não apenas no âmbito das relações de classe, mas na cultura como um todo, como relações de gênero, embate entre gerações e etc.

Nesse contexto poderiam os Projetos Estruturantes se configurarem como ações de afirmação de subjetividades e instrumentos de ação política? Em tese a possibilidade de uma mudança na atuação desenvolvida pela escola depende principalmente da atuação de agentes internos a ela. Isso

porque as políticas públicas em educação inclinam-se historicamente a seguir a lógica dominante na sociedade atual, a saber a ideologia neoliberal que tem no mercado de trabalho o seu foco.

## **JUVENTUDE APOLÍTICA?**

Em primeiro lugar, percebo a pertinência de nos indagarmos acerca do costumeiro discurso das juventudes contemporâneas como politicamente apáticas. Comumente comparam as recentes gerações com aquela dos anos de 1960, no Brasil, nos EUA e França, por exemplo. Nos Estados Unidos destaco o movimento hippie, que se contrapôs ao modelo de sociedade de consumo fortalecido naquele país no pós-guerra. Não é rara a percepção dos jovens das gerações posteriores à dos anos de 1960 como sendo mais conservadores e até mesmo apolíticos.

Na França, aponto o Movimento de maio de 1968, no qual universitários se uniram, inicialmente, para reivindicar mudanças no setor educacional e cujas agitações conquistaram o apoio de outros segmentos da sociedade francesa, como o Partido Comunista Francês e a federação dos sindicatos daquele país, resultando na queda do presidente Charles de Gaulle. No Brasil, as mobilizações juvenis se deram principalmente por meio do confronto ao regime militar, principalmente a partir de instituições estudantis e artísticas.

Aqui, chegamos a um ponto importante a ser problematizado em pesquisa. As juventudes contemporâneas no Brasil são realmente politicamente apáticas? Uma hipótese é que a própria sociedade teria estabelecido meios convencionais de participação política. De um lado, determinadas instituições seriam apontadas como os lugares ideais para disputas por poder. Nesse sentido, a política se daria nas instituições formais como parlamento, partidos políticos, relações entre os poderes constitucionais, na ocasião das eleições e outras. Por outro lado, a esfera política teria sido ampliada para as ruas, espaços de grandes manifestações populares. Nesse estado de coisas, o indivíduo que não se insere em nenhuma dessas esferas se vê, ou é visto, como alijado da política. de diversas correntes e interesses políticos. Alguns autores (Souza 2011, Magro 2002, Mesquita, Padilha e Silva 2016) argumentam por uma forma distinta de fazer política recorrente entre os jovens. Para compreender essa especificidade é necessário ampliar a noção de política. Desse modo, é comum o pensamento de que jovens de gerações passadas eram mais idealistas e que a atual geração é marcada pelo hedonismo. “A relação dos jovens com a sociedade pós-moderna se dá de um modo um tanto conflituoso uma vez que prevalecem os estereótipos de incapazes, rebeldes e muitas vezes irresponsáveis” (SOUZA, 2011, p. 86).

Estudos de Antropologia política (Goldman e Palmeira, 1996 e Heredia, et al, 2002) demonstram que a política se dá não apenas no âmbito das grandes instituições e eventos extraordinários, mas também na prática cotidiana, nas casas, escolas e em atividades de produção cultural, por exemplo.

Enfim, se, como vimos, a evolução dos trabalhos da ciência política brasileira sobre o fenômeno eleitoral se caracteriza por uma progressiva 'de-sociologização' do objeto, é preciso deixar claro que a reintrodução da dimensão sociológica por parte dos antropólogos não equivale, de forma alguma, a um retorno ao tipo de reducionismo sociologizante que os cientistas políticos têm toda razão em desejar ultrapassar. Trata-se, antes, de tentar captar processos que poderíamos denominar de microsociológicos ou micropolíticos, desde que estes termos não sejam entendidos de forma equivocada (GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p. 8).

Em síntese os estudos de antropologia política apontam para a necessidade de ampliar o campo de visão do pesquisador, de modo que seja possível perceber processos políticos que até bem recentemente eram ignorados, sobretudo, pelos estudos da ciência política tradicional.

## **CULTURA E POLÍTICA**

Em primeiro lugar é necessário delinear um conceito de cultura. Essa tarefa não é tão simples como parece, pois, nos referimos a um dos conceitos que mais receberam interpretações. Para a tarefa que proponho aqui, creio que seja proveitoso iniciar minha argumentação a partir do conceito antropológico de cultura e posteriormente mostrar como se constrói a abordagem característica da crítica cultural. Assim como na Crítica cultural, a Antropologia tem esse conceito como centro de suas reflexões. No caso dessa ciência, é quase impossível separar seu desenvolvimento do desenvolvimento desse conceito.

Na Antropologia a evolução do conceito de cultura se deu, em um primeiro momento, como uma resposta necessária aos determinismos biológico e geográfico. Em seus primórdios, a Antropologia era um instrumento que buscava propiciar o conhecimento dos povos os quais os viajantes europeus passaram a ter contato a partir do século XVI.

“A gênese da reflexão antropológica é contemporânea à descoberta do Novo Mundo. O renascimento explora espaços até então desconhecidos e começa a elaborar discursos sobre os habitantes que povoam aqueles espaços” (LAPLANTINE, 2007, p. 37).

A questão central no debate era sobre a “humanidade” daqueles povos. As diferenças culturais eram muito grandes e muitos europeus passaram a considerar aqueles indivíduos como em um estágio intermediário entre animais e humanos. A discussão conceitual em torno da noção ou

conceito de cultura ainda não existia naquele momento e as reflexões características da crítica cultural só viriam muitos séculos depois, inicialmente no século XIX, mas especialmente no século XX.

Apenas no século XVIII os estudos sobre os homens e mulheres se intensificam, sobretudo com a contribuição de filósofos do movimento iluminista. Alguns pensadores começam a perceber a necessidade de uma perspectiva mais ampla de humanidade. No entanto, novos termos passaram a ser utilizados. Alguns povos deixariam de ser chamados de selvagens e passaram a ser primitivos. “O indígena das sociedades extraeuropeias não é mais o selvagem do século XVIII, tornou-se o primitivo, isto é, o ancestral do civilizado, destinado a reencontrá-lo” (LAPLANTINE, 2007, p. 65).

A colonização passou a ditar os primórdios da Antropologia a partir de uma perspectiva evolucionista. As diferentes sociedades passaram a ser escalonadas entre dois opostos, selvageria e civilização. Os parâmetros para a gradação das culturas eram as culturas ocidentais. As ciências humanas tinham como parâmetro os métodos das ciências da natureza, sobretudo, da biologia. Os seres humanos estariam inseridos na mesma ordem natural que define a evolução dos animais. Os efeitos desse pensamento são importantes haja visto que no século XX a aproximação das ideias darwinistas no campo das humanidades fortaleceu ideias perigosas, foi um dos pilares do nazismo, por exemplo.

Apenas no século XX a cultura passou a ser vista de outra maneira pela Antropologia, se fortalecendo a tese de que as diferenças sociais não seriam fruto de uma evolução social e se por diferenças culturais. O relativismo cultural passa a ser o princípio norteador da disciplina.

Na área da Crítica Cultural a cultura assume um caráter mais político, existe um componente de tensão que muitas vezes fica velado, mas está sempre presente. Nos autores mais explorados, como Fredric Jameson, Walter Benjamin, Theodor Adorno, por exemplo, há sempre a tentativa de situar o espaço da cultura no campo da luta política. É justamente nesse sentido que podemos investigar os Projetos Estruturantes, buscando observar se essas ações podem ser compreendidas como possuidoras de uma dinâmica política e, caso positivo, como se dão os processos presentes nessa dinâmica.

## **CONSIDERAÇÕES**

Vivemos um momento delicado no que se refere à organização do ensino médio no Brasil. Há um forte movimento no sentido de desvalorização de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes, marcado pela medida provisória nº 746, de 2016. O governo federal dá um passo adiante no sentido de ampliar a carga horária mínima para o ensino médio, mas não disponibiliza

meios, inclusive financeiros, para a concretização desse plano. Não há investimentos suficientes na formação e valorização dos professores, no incremento da estrutura das escolas e também na diversidade de conteúdos e disciplinas na formação do futuro egresso da educação básica.

Nesse contexto é importante estudar os Projetos Estruturantes, buscando demonstrar em que contexto podemos inserir essas ações e como se configuram as subjetividades dos agentes sociais envolvidos. Percebo a necessidade de um maior conhecimento desses agentes, tentando compreender seus anseios e as formas específicas de fazer cultura e política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: Destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. — Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARBOSA, Analedy Amorim; MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. A concepção de infância na visão philippe ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais*. v. 1, n. 1 (2008). Disponível em <<https://revista.ufrr.br/examapaku/article/view/1456/1050>>
- BARREIRA, Irllys; HEREDIA, B & TEIXEIRA, Carla. (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002
- BENJAMIM, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Trad. Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrênio (Org.). *Escritos de educação*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- GROPPO, Luís Antonio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. In: SOUZA, Janice Tirelli Pontes; GROppo, Luís Antônio (Org.). *Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, 2011.
- HALL, STUART. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Trad. Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- MAGRO, Viviane Melo de Mendonça. Adolescentes como autores de si próprios: Cotidiano, educação e Hip Hop. *Cad. Cedes, Campinas*, v. 22, n. 57, agosto/2002, p. 63-75. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- MESQUITA, M. R.; Bonfim, J; Padilha, E; Silva. *Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais*. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 288-297
- SOUZA, Sirley Aparecida de. Juventudes: É possível falar em cultura juvenil? In: *I Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação*. Curitiba. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4252\\_2299.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4252_2299.pdf), acesso em 04/12/2017.

